

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

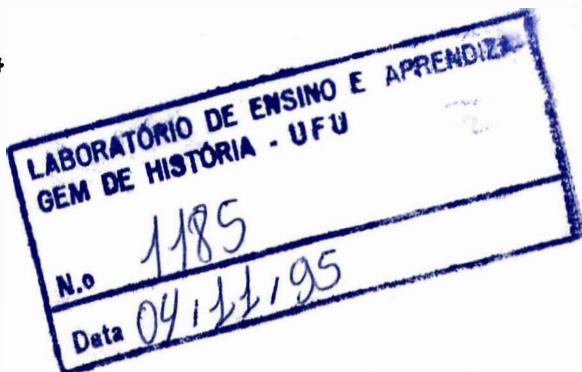
O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

1637 s. 9
1c)

Antonio

RELAÇÃO DE MONOGRAFIAS DE 1987. (CURSO DE HISTÓRIA)

- Movimentos Sociais: CPT; entre Igreja Conservadora e progressista.
Angela Maria Alves.
- X - O Movimento da Pastoral da Terra na Região de Uberlândia. ○
Gisvane Guedes Arantes.
- Atuação Política da Comissão Pastoral da Terra: A Igreja e os Mov.Soci
Maria Helena G. Almeida.
- A Associação de Moradores de bairros e o Poder Público em Uberlândia:
Maria de Lourdes Silva. ○
- Movimento de Clubes de Mães em Uberlândia.
Marta.
- A Comissão Pastoral da Terra.
Maria Joana Costa.
- A Festa de N.S. do Rosário.
Luiz Humberto Zacharias.
- - Associação de Moradores e Amigos do bairro Tibery ○
Christiane dos Reis Ribeiro.
- ou - Associação dos Moradores do bairro Higino Guerra.
Márcia Cristina Tannús.
- X - Manifestações Culturais populares e Ação do Poder Público em Uberlândi
x Regma Maria dos Santos.
- Espaço Urbano, industrialização e Movimentos Sociais em Uberlândia -
1959 a 1985. ○
Ronan Hungria.
- Movimentos Populares: Fundação da UTE ✓
x Raul Marcos P. de Oliveira.
- Associação do bairro Jardim Umuarama ○
Zilda F. dos Santos.
- Associação de Moradores do bairro Santa Rosa - Liberdade
João Augusto Freitas - (Joca)



LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO
HIGINO GUERRA

Aluna: Márcia Cristina Tannús
Curso: História 1987"/2

- Trabalho feito para aproveitamento na Disciplina M.T.P.H

Agradecemos a todos que
direta ou indiretamente
colaboraram na execução
desse trabalho.

Introdução 1

Desenvolvimento 2

Conclusão 8

Bibliografia 11

Quando falamos em movimentos sociais ou movimentos populares logo nos vem à memória lances ligados à festas religiosas ou folclóricas. Isso porque há alguns anos a população se reunia em ocasiões como Corpus Christi, decorando ruas e saindo em procissões; ou ainda em São João, etc.; ou quando chegavam à cidade autoridades importantes, sendo que nessas ocasiões grande contingente de população se mobilizava até as avenidas principais para saudar os visitantes. E, a participação da população parava por aí.

Isso, é claro, considerando participação social, pois em termos de participação política discutia-se a escolha entre Arena e MDB, durante os períodos eleitorais ocasionais.

Comparando o momento atual a esse que recordamos podemos dizer que hoje vivemos um período de ebulição popular, com minorias exigindo seus direitos, emendas populares sendo votadas na Assembléia Constituinte, e com a organização contínua de diversas formas de manifestação da população.

Uma das formas de organização hoje, diz respeito às Associações de Moradores ou de Amigos de Bairro. São organizações localizadas em áreas urbanas, geralmente formadas por membros de comunidades que desejam melhorar o espaço que habitam. A partir daí alguns autores colocam que tais movimentos "vêm desempenhando importante papel na mobilização e conscientização e organização do povo" (1), o que nos parece um avanço na busca da dimensão política da cidadania.

Os movimentos sociais podem ser gerados em áreas rurais ou urbanas, e nós estudamos um que se localiza no Bairro Higino Guerra. A princípio imaginamos que deveríamos ter uma hipótese a priori sobre o movimento, mas, esbarramos na impossibilidade de fazê-la, uma vez que dispunhamos de informações esparsas sobre o objeto. Por isso, propusemo-nos a traçar um perfil de uma associação recém-surgida, principalmente face ao poder municipal e à população que representa.

Nossa análise se deteve na formação da Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra, na orientação que segue (formal ou não) e no seu desempenho até dezembro de 1987.

(1) Wanderley, Luiz. E. - Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos, p.108

Considerando o processo inicial de formação das associações de moradores, podemos inferir que esse espaço é possível porque em seu seio "reúnem-se os indivíduos mais diversos, que se tornam iguais na medida que sofrem da mesma carência"(2). O que quer dizer isso?

Provavelmente que dentro dos movimentos populares de bairro não existe a preocupação manifesta de saber se alguém é patrão ou empregado, uma vez que patrões e empregados do espaço produtivo dentro das associações tornam-se parte da mesma categoria: são participantes da comunidade em busca de benefícios comuns, ou em busca da solução das carências que os afligem.

Tais carências podem ser a causa única da formação das associações, como também as associações podem se originar por motivos políticos (por exemplo, pode ser um trampolim político). As carências via de regra podem ser das mais diversas naturezas, como água, esgoto, energia elétrica, serviços de limpeza, policiamento ou outras quaisquer.

Nem sempre porém as carências são encaminhadas por associações, pois podem chegar até o poder público através de abaixo-assinados ou através de cidadãos isolados que constatam que seus pedidos não possuem o mesmo "peso" na hora das decisões, sendo que às vezes esperam anos para serem atendidos.

Justamente por isso acreditamos que é oportuno analisar a questão da legalização das manifestações populares, bem como a legitimização das mesmas. A formalização das associações é considerada imprescindível não só para o poder público como pelas próprias pessoas que a criam devido talvez à reiteração dos princípios do direito burguês de que "quem não registra não é dono". Tal frase aparece em documentos de cartório e é endossada pela maioria das pessoas, que convivem de uma maneira ou de outra com a dicotomia da posse-propriedade. As organizações populares podem ser formais ou informais, sendo que "as organizações formais implicam na eleição de uma diretoria executiva à qual compete promover a mobilização e encaminhar as reivindicações"(3).

(2) Durhan, Eunice - Movimentos Sociais-a construção da cidadania, p.28

(3) Idem, p.26

Não podemos negar também que as associações formalizadas são estimuladas constantemente pelo poder público, que atende às suas reivindicações muito mais rapidamente do que a reivindicações isoladas. E, via de regra, a esfera do poder público uberlandense ultimamente só atende a reivindicações que partam de associações, sejam elas legais ou em legalização, utilizando como ponte o aparato da Câmara Municipal. Haja vista que a pauta da Câmara é formada quase que exclusivamente por reivindicações oriundas das associações.

Porém, "embora a ação do Estado constantemente reforce esse tipo de organização exigindo a presença de representantes oficiais ou estabelecendo condições burocráticas para o reconhecimento do movimento, esse modelo não deve ser visto como mera decorrência de imposição estatal. Ao contrário, organizações formais desse tipo possuem profundas raízes populares e podem ser encontradas em instituições como sindicatos, escolas de samba, clubes e mesmo que não tenha propriamente se originado nas camadas populares, o modelo formal é certamente parte do patrimônio cultural dessa população e é amplamente utilizado por exemplo na constituição das associações de moradores".(4).

Na Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra nós notamos precisamente essa característica. A necessidade de legalização foi estimulada pelo governo municipal, através da Secretaria de Ação Social, mas foi também uma exigência dos associados, para que se tivesse mais presença junto ao poder público.

Entretanto, apesar da legalização de fato e de direito da Associação De Moradores do Bairro Higino Guerra, pudemos constatar que há uma pronunciada falta de interesse, manifesta pelo pequeno número de participantes de assembleias, cuja média é 10 moradores, ou pelo número de associados, que possuem direito a voto, que somam 33. Seria um problema de legitimidade ou de falta de divulgação?

Pelo que investigamos trata-se de um duplo problema: considerando o pouco tempo de formação da Associação, houve uma tentativa logo no início de mobilizar a população para as reuniões, com a distribuição de folhetos esclarecendo sobre os motivos da formação e os limites do bairro, que no entanto não surtiu o efeito desejado. Por outro lado, sendo o bairro delimita-se com a Vila Martins ou simplesmente Martins, sendo

(4) Ibidem, p.27

que os moradores da parte "alta" do bairro se consideram muito mais mo radores do Bairro Martins do que do Higino Guerra, deixando claro que ' essa denominação é do conjunto. Talvez por isso mesmo, é que aflore a ' questão da legitimidade. Como pode a Associação representar quem não ' quer ser representado?

O problema seria pequeno se de fato não houvesse sequer um repre- sentante dessa parte "alta" nas reuniões, fato que ocorre constantemen- te. Isso provavelmente se deve à quase inexistência de reivindicações de dessa parte "alta", que conta com todos os benefícios urbanos, além de não se sentir parte do bairro.

Quando colocamos anteriormente que geralmente as pessoas se reu- nem em Associações por causa de carências, não imaginávamos que a que ' investigamos seria exceção. E não é, pois a questão principal que le- vou à articulação da Associação é a retirada da feira de carros usados da proximidade do bairro, que segundo o Presidente da Associação vem ' acarretando inúmeras situações desagradáveis, além do aumento da vio- lência.

A feira em questão situava-se na confluência das Avenidas João ' Pessoa e Araguaia, mas foi retirada desse local em função da constru- ção de um conjunto habitacional. Foi destinado a eles então um terreno situado em frente à Estação Rodoviária, considerado ideal. Porém, no ' local da feira começaram a ocorrer situações desagradáveis, como sus- peita de carros roubados, tiros, etc. que prejudicam o bairro que fica mais próximo, ou melhor, o bairro onde está a feira. Segundo o Presi- dente da Associação, Sr. Carmélio Carcel Pécora, "não há como negar ' que existam pessoas bem intencionadas na feira mas existem clandesti- nos, e que atualmente se tornou impossível conciliar os interesses dos feirantes e dos moradores do bairro". O resultado da rixa é que foi en- viado um ofício aos feirantes comunicando o prazo máximo para a saída do local até o dia 08.12.87. Após esse prazo, caso houvesse qualquer aqlo- meração o fato deveria ser comunicado ao 17º Batalhão da Polícia Mili- tar.

Ficamos sabendo que a Secretaria de Obras destinou aos feirantes ' um outro local para o exercício de seu comércio, que é a área onde fi- cava o antigo Cemitério São Paulo. Contudo, eles estiveram no local e ' não concordaram em ficar no mesmo. A questão não está definida, e res-

ta acompanhar o desenrolar dos fatos.

Outras questões que estão na pauta das reivindicações do bairro são as que dizem respeito à limpeza de terrenos, policiamento, cobertura de buracos em vias públicas e uma escadaria que dá acesso à parte alta do bairro, na Rua Rivalino Pereira com Rua Higino Guerra.

Aliás, Rua Higino Guerra, Conjunto Higino Guerra e Bairro Higino Guerra confundem muito às pessoas. Talvez, não conheçam a origem do bairro, que se formou todo ele em área que pertenceu ao Sr. Higino Guerra, e que era conhecida por Chácara do Raninha. A área é delimitada pela Rua Rodrigues da Cunha, Rua Carneiro, Av. Araguari e Av. Minervina Cândida de Oliveira. Os pontos de referência são a Estação Rodoviária (construída em 1977 durante a gestão do Prefeito Renato de Freitas, que segundo muitos trouxe benefícios, mas também problemas para a área), e o próprio Conjunto Higino Guerra, com casas de bom acabamento, preços razoáveis, destinados eminentemente à classe média.

Como hoje o bairro é considerado bem localizado e bem servido de melhoramentos, o que nos chama a atenção é o fato de que a Associação parece ter surgido para conseguir alguns melhoramentos e não perder ou que já existem. Isso porque muitas vezes "os movimentos de bairros almejam obter os serviços urbanos e melhorar ou manter a qualidade de vida do povo"(5). Porém, não devemos deixar de lado uma tendência que se esboça em diversos movimentos: eles surgem em função de uma reivindicação e quando ela é satisfeita o movimento se dissolve. Pelo que notamos, a Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra não pretende se desfazer tão rapidamente, pois seguindo orientações da Secretaria de Ação Social (Sr. Tarcísio), já está registrada, com CGC, já conseguiu a publicação do registro no Minas Gerais (Órgão Oficial do Governo de Minas) através do Deputado Geraldo Rezende, bem como já tem os estatutos registrados em cartório. Os estatutos foram elaborados de forma a simplificar exemplares obtidos da Secretaria de Ação Social, adequando-os aos propósitos da Associação. Destacam-se os artigos 1º, que dispõe sobre a constituição da entidade; o artigo 8º, parágrafo 1º que coloca a necessidade de quitação das mensalidades para que se possa usufruir dos direitos de associado. É importante notar que a Asso -

(5) - Wanderley, Luis Eduardo - Movimentos Sociais Populares: Aspectos Econômicos, Sociais e Políticos, p.118

ciação possui um quadro de associados, com uma mensalidade de Cz\$20,00 que deverá aumentar em 1988 para Cz\$50,00. Além da verba dos associados existe uma previsão de Cz\$10.000,00 para a Associação, destinada pela Câmara antes mesmo da legalização da entidade.

A Associação teve sua primeira diretoria eleita em 17.07.1987, e ocorreu provisoriamente, sendo oportunamente ratificada. Consta da Ata de Criação da Associação o seguinte trecho: "... início a reunião para a discussão e troca de idéias dos presentes para que o Bairro Higino Guerra possa ter o aparato legal e forças diante da municipalidade"(6) Vemos então que desde a fundação havia o interesse e perspectiva de conhecimento por parte da municipalidade. Houve mesmo uma reunião em que o próprio prefeito veio ouvir as reivindicações dos moradores, bem como reuniões com Secretários de Obras, Meio-Ambiente, Ação Social ou seus representantes, que vieram à Associação para colocar a diretoria a par do andamento de suas reivindicações. Porém, uma queixa do Presidente da Associação é que na Reunião onde o DR. Zaire esteve presente havia mais de 50 pessoas, mas depois sumiram. Seria esse um indicativo da pouca crença na Associação?

O fato é que durante as reuniões há manifestações sobre os mais diversos assuntos, que às vezes no leva a pensar sobre o "resgate da cidadania" a que alguns autores se referem. "Nos movimentos sociais de cunho comunitário, onde se valoriza a participação de todos e de cada um, onde todos devem falar, opinar, decidir, o que parece estar ocorrendo é um processo novo, o de constituição das pessoas na esfera pública..."(7). Isso quer dizer que no movimento comunitário existe uma transição da condição de participante da esfera privada, pessoal para uma nova dimensão, pública e caracteristicamente política, já que as pessoas ao emitirem raciocínios e opiniões são responsáveis por esse exercício do uso da palavra. Esse, se não revolucionário, é um papel novo que as pessoas desempenham após anos de ostracismo político. "No movimento as pessoas se conhecem, ampliam sua sociabilidade, aprendem a falar, isto é, a formular questões novas sobre sua experiência de vida".(8). E, a valorização da experiência das pessoas lhes dá uma nova

(6) Ata da Criação da Associação do Bairro Higino Guerra, § 1.

(7) Durhan, Eunice- Movimentos Sociais, a construção da cidadania, p.28

(8) Idem, p.28.

percepção do social, uma vez que ele participa desse espaço, e com o ' aparato da Associação tem uma certeza de reconhecimento público.

Esse reconhecimento nos parece essencial pois em jornais da cidade localizam os menções ao bairro, ou a pontos de referência do Bairro, como melhorias, pedidos para término do acabamento do meio-fio do asfalto próximo ao Posto Chuá, pedidos esparsos para construção do viaduto que liga a Vila Roosevelt à Av. João Pessoa, etc. (9), desde antes da fundação da Associação. Por sinal, há total cobertura por parte da imprensa nos assuntos que dizem respeito à Associação(10).

Há contudo, uma conotação diferente nas abordagens que o jornal dá: antes da formação da associação, parece que todos os benefícios são "dados" à população pela prefeitura, como se fossem adivinhados. Depois da formação da Associação é ela o veículo das reivindicações e pedidos da população. Parece-nos que há um ligeiro favoritismo para as entidades legalizadas, o que acaba reforçando a perspectiva dos associados, com relação ao "peso" da sua palavra.

Justamente para aumentar esse "peso" é que se nomeou um porta-voz frente à Prefeitura, que é o verador Elias Eurípedes Teixeira (PLDB) que durante a última reunião da associação esse ano fez um apanhado das conquistas para o bairro, valorizando os propósitos da associação, e manifestando a opinião de que mesmo com poucas pessoas participando das reuniões, para o ano vindouro não se pode desistir, devendo sempre continuar lutando pelos interesses do bairro.

Nessa última reunião, o Presidente da Associação Sr. Carmélio e o Primeiro Secretário Sr. Vanderlei colocaram a dificuldade de correr sempre atrás das pessoas para resolverem as reivindicações, comparando com a Assoc. de outros bairros, onde aparecem dez ou mais pessoas para representar o bairro, enquanto que na Associação do Higino Guerra só duas pessoas estão constantemente se movimentando, e nem sempre conseguindo muitas atenções. Contudo, emitiram um raciocínio bastante lógico: quando as obras começarem a aparecer, trarão mais associados, já que por enquanto, pelo pouco tempo da associação não se pôde apresentar muitas realizações. Consideram o saldo positivo, em vista dos seis meses de existência, enquanto entidade.

De certa maneira porém, ao emitirem esse raciocínio de que as realizações trarão mais associados, contradizem a lógica que leva à criação

(9) Jornal Tribuna de Minas, 04.12.73; 04.05.74; 14.12.1974

(10) J. rnal Primeira Hora, 18.07.87; 03.10.87; 04.12.87.

ção das associações, que é a de que a comunidade unida reivindicando conseguirá os benefícios.

Contudo, acreditamos que um acompanhamento da atuação da associação durante 1988 é necessária, tanto para verificar como serão tratadas as questões do aumento do número de participantes, a questão da negação da parte alta do bairro da representatividade da associação, bem como a questão da autonomia da associação, que pelo que vimos até dezembro de 1987 não é questionada. Fazemos essa observação pois acreditamos serem diferentes o fato de ter autonomia assegurada pelos estatutos e autonomia de fato.

Também não podemos esquecer que geralmente as associações de bairro constituem um ponto de saída para muitas carreiras políticas, sendo que essa não é a perspectiva do Presidente Sr. Carmêlio, que mesmo tendo sido sondado para uma possível candidatura não possui essa ambição.

Como 1988 é um ano eleitoral, a associação deve avançar, pelo menos segundo a perspectiva dos associados.

Observando durante algumas semanas a Associação de Moradores do Bairro Higinio Guerra, pudemos conviver com pessoas bastante diferentes. Porém, como já se disse, o próprio estatuto assegura uma "igualdade" entre os participantes das assembleias, equiparando todos na mesma condição. Certamente pela participação, as pessoas fazem o exercício direto da participação política, enquanto defendem seus direitos de cidadãos. Contam com o aparato da prefeitura em termos de divulgação e de atendimento das mais diversas reivindicações. Sentem-se portanto amparados e participantes da "democracia participativa", que procura dar ênfase maior ao aspecto social.

Trata-se de uma associação amparada pela lei, e pelo poder municipal, sendo entretanto objeto de desconfianças por parte dos moradores da parte "alta" do bairro, que não procuram a associação. Pelo que observamos provavelmente a associação lidará com uma resistência bastante grande por parte desses moradores, sendo que uma pesquisa complementar poderia auxiliar a definição do verdadeiro papel que a associação desempenha, segundo a perspectiva desses moradores. Era nosso propósito efetuar tal pesquisa, que se tornou inviável por falta de tempo.

Em conversas informais com os que muitas pessoas não sabem que moram no Bairro Higino Guerra por isso, não participam da associação, sendo que para nós, a questão cultural o apoio dessas pessoas ao Bairro Martin, é uma parte dele. Por isso, pre vemos a resistência que a Associação do Bairro Higino Guerra terá pela frente, sem contar o desinteresse e a falta de parte dos moradores do conjunto, que se encontram muito afastados da sede provisória da associação e não frequentam as reuniões. Por isso, uma perspectiva de tornar as reuniões quinzenais, especialmente para os encontros.

Ao final do ano, nas melhorias gerais, a Associação conseguiu a retirada da feira de ambulância do bairro (prioridade inicial), que está se dando ainda em dezembro, e promessas de construção da escadaria nas ruas Higino Guerra com Rivalino Pereira, limpeza e iluminação da R. Monte Carmelo, asfalto ao lado do B. Grassol. Ainda em dezembro o conjunto está sendo totalmente capitado pela limpeza pública, e não há queixas quanto aos serviços de Coleta de Lixo, etc. embora na reunião em que o Prefeito B. de Almeida esteve presente uma das principais discussões girou em torno do lixo que é jogado por moradores em áreas do município, que deve ser fiscalizados pelos próprios moradores.

Questões como legalização e legitimidade afloram sempre, quando se está participando das reuniões com cinco ou seis moradores (quase sempre da diretoria e do conselho deliberativo) estão presentes, com a presença apenas ocasional de outros.

Questões como a da autonomia não são discutidas, principalmente por não haver nem a perspectiva de que não há a mesma, assegurada em estatutos pelo voto dos associados, desdobrando-se mesmo na questão da democracia, onde todos podem participar (desde que associados).

Acreditamos que a Associação está cumprindo seus propósitos, e pleiteia junto às autoridades a permuta de um terreno com a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima para a construção da capela e em anexo da sede da associação. Percebemos a presença da religião também nas orações que ou abrem ou encerram as reuniões, parecendo-nos que a idéia da associação pode mesmo ter sido articulada em reuniões de cunho religioso, ou seja, nas missas, que ocorrem semanalmente no próprio local (R. Rivalino Pereira 992) onde funciona também o clube de mães do bairro.

Nos parece que a participação nas missas, no clube de mães, na associação de moradores estabelecem um elo entre os moradores do conjunto, elo esse que se pretende expandir, através de outros moradores e principalmente da participação dos jovens, propósito do Presidente, Sr Carmélio.

Se considerarmos que a Prefeitura ao que parece possui uma orientação de atender apenas as entidades legalizadas, e que a Câmara estimula esse tipo de legalização, e até doua verba antes mesmo de haver tal aparato (apesar de já estarem providenciando), a Associação está desempenhando o papel que lhe destinaram. Inclusive, com o fornecimento de cópias de estatutos que pudessem servir de padrão, notamos a preocupação do governo de delimitar o espaço de atuação dessas entidades, como se assim ficasse mais fácil atendê-las, e mesmo controlá-las, ao atender uma e outra e assim por diante, jogando com as necessidades que devem ser atendidas. Talvez tal preocupação se dê porque "a população aparece mais como fim e instrumento do governo... como sujeito de necessidades, mas também como objeto nas mãos do governo, como consciente frente ao governo daquilo que ela quer que ele faça, e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça" (11). Isso significa que a população, representada pela associação desempenha um duplo papel: é consciente quando quer que suas necessidades sejam satisfeitas, mas, é inconsciente ao dar o retorno ao governo. Se, o governo atende a todas as necessidades, inconscientemente a população lhe dará o retorno, através do voto. E, em ano de eleição essa preocupação é pertinente, especialmente quando ouvimos do Sr. Elias o propósito de não se candidatar novamente à vereança, inclusive manifestando desagrado frente à atuação de seu partido em esfera federal.

O governo municipal ao se preocupar em atender às associações está reforçando o aspecto social e participativo que assumiu, o que nos leva à uma situação de quase unanimidade de apoio a ele. Por isso é que dizemos que o retorno provavelmente se dará inconscientemente nas urnas, pois se há desagrado a nível federal, a nível municipal as associações se vêem reconhecidas e dispostas a reconhecer o esforço do governo, através de elogios e, talvez do voto.

BIBLIOGRAFIA

- 1- DURIAN, Eunice R. - Movimentos Sociais, a construção da cidadania
Nov. Estudos Cebrap, S.P., nº 10, outubro de 1984
- 2- FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder, Graal, R.J. 1982, 3ªed.
- 3- WANDELLY, Luiz Eduardo - Movimentos Sociais Populares: Aspectos
Econômicos Sociais e Políticos, Encontros com a Civilização Bra-
sileira, nº 25, R.J., 1980

DOCUMENTOS

- Ata da reunião para Implantação da Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra e Eleição da Diretoria - 17.07.87
- Ata da Visita do Snr. Prefeito Municipal Dr. Zaire Rezende à Associação dos Moradores do Bairro Higino Guerra - 27.08.87
- Ata da Assembléia Geral Ordinária - 01.10.87
- Resumo das Atividades da Associação dos Moradores do Bairro Higino Guerra - 1987 - 17.12.87
- Estatuto da Associação de Moradores do Bairro Higino Guerra - 22.07.87 (xerox).
- Folheto esclarecendo os moradores sobre os limites do bairro, sobre a associação - convite para as reuniões.

JORNAIS

- Jornal Tribuna de Minas - 04.12.73 ; 04.05.74; 14.12.74 ; 18.09.75
- Jornal Primeira Hora - 18.07.87 ; 03.10.87 ; 04.12.87 ;
- Jornal O Triângulo - 04.12.87 ; 15.12.87